

A dívida brasileira e o FMI

Ao mencionar a sua decisão de suspender o pagamento de juros da dívida externa, explicitou o presidente Sarney, em sua Mensagem ao Congresso, que "ao contrário dos que afirmam resultar essa iniciativa da emergência de nossas dificuldades internas", pode assegurar que "este foi um ato soberano, de um país soberano, no pleno exercício da sua soberania". Se, deste modo, deu apoio ao seu ministro da Fazenda, o qual, em sua viagem aos Estados Unidos e à Europa, vem reafirmando tal independência (que chega a recusar qualquer intervenção do FMI), não favoreceu, por outro, a sua tarefa, uma vez que nenhum governo entenderá bem essa crise de soberania que leva uma nação a exigir quatro bilhões de dólares de dinheiro novo a seus credores.

Para mostrar que não tomou uma decisão ditada por emergências, referiu-se o presidente a um estoque de divisas da ordem de sete bilhões de dólares, quando, dias atrás, mencionara reservas de apenas 3,9 bilhões. Na realidade, para retirar de sua medida qualquer caráter emergencial, o presidente Sarney, em sua mensagem, referiu-se a reservas num sentido amplo, nelas incluindo *polonetas* e outros créditos irrecuperáveis com países da América Latina. Todavia, quando se sabe, hoje, que

as reservas, após a moratória, desceram a menos de 3,5 bilhões de dólares, percebe-se perfeitamente que a suspensão dos pagamentos não resultou de um ato de soberania, mas de uma imposição dos fatos visando a evitar o total colapso de nossa economia.

No entanto, os bancos credores, que poderiam entender perfeitamente o não-pagamento dos juros pelo Brasil por falta de recursos, dificilmente seguirão o raciocínio do presidente Sarney, que decidiu (segundo suas próprias palavras) suspender tal pagamento para preservar a normalidade do processo constituinte... Já o ministro Dilson Funaro, em seus contatos no Exterior, tem preferido falar com os "políticos", por saber que nada pode oferecer aos banqueiros e que o Brasil, como "país soberano", necessita do apoio integral dos governos das nações nas quais se situam os bancos credores...

Mesmo assim, recebeu fria acolhida por parte dos ministros da Fazenda e dos presidentes dos bancos centrais, aos quais não preocupa, como ao presidente Sarney, a necessidade de preservar o processo constituinte. Assim, deve preparar-se para ouvir severas críticas desses governos, que lhe oferecem a única vantagem de não torná-las públicas, ao contrário do que poderiam fazer al-

guns banqueiros credores. Sabe também o ministro Funaro que todos sugerirão (não o exigirão por respeito a nossa soberania...) o encontro de uma solução: a volta do Brasil ao FMI.

Sabe-o o titular da Fazenda, o que não impede de continuar afirmando que o retorno ao FMI é sinônimo de recessão, e, portanto, do aumento de desemprego. Assim, *soberanamente* assistiremos a uma recessão sem FMI, uma recessão bem nossa, a qual, sem dúvida, poderia ser amenizada pela ajuda do organismo internacional.

Contudo, tem o ministro da Fazenda uma solução, aliás *sui generis*, contando — ao que diz — com o apoio do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, objeto da seguinte confidência que fez aos jornalistas: "Ele sabe que lhe conseguimos apoio para eleger-se presidente (sic) do FMI, inclusive influenciando votos que já estavam decididos a favor do outro". Tal afirmação (bem sul-americana) não nos ajudará a conquistar a simpatia do diretor-gerente do FMI, ao dar-lhe a impressão de que fornemos os seus grandes eleitores. Além de pouco diplomática, e de não respeitar as regras de disciplina do organismo criado em Bretton Woods, essa declaração chega a ser ridícula. O grupo de países representado pelo

Brasil no *board* do FMI que elegeu Michel Camdessus tem apenas 2,96% dos votos. Sabe-se, na verdade, que o atual diretor-gerente do órgão foi escolhido graças à abstenção dos representantes dos Estados Unidos e do Japão, os quais consideraram que a escolha cabia aos países europeus. E preciso que o Brasil aprenda a respeitar os organismos internacionais, não os confundindo com uma câmara de vereadores em que se podem comprar os votos...

O apoio pessoal de Michel Camdessus seria, aliás, de pouca monta, conforme o reconhece o próprio ministro Dilson Funaro, o qual (incidente em outra *gaffe*) afirmou: "O Camdessus não domina a máquina. O Fundo ainda continua o mesmo". De fato, o FMI é uma instituição dirigida por um colegiado no qual países como os Estados Unidos (19,29% dos votos), o Reino Unido (6,68%), a República Federal da Alemanha (5,84%), a França (4,85%), o Japão (4,57%) e a Arábia Saudita (3,47%) detêm o poder decisório, existindo, para as grandes decisões, direito de voto com 20% da votação. Já é tempo de nos convencermos de que a renegociação da dívida externa se faz com países sérios, não dispostos a colocar-se a serviço dos interesses políticos de um grupo brasileiro.